



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

PORTARIA Nº 01/2021

Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos das obrigações financeiras da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, baixa a seguinte

PORTARIA:

CAPÍTULO I
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Art 1º Esta Portaria regulamenta os procedimentos para a observância da ordem cronológica de pagamentos das obrigações financeiras da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, prevista no artigo 5º da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993.

§1º As disposições dessa Portaria se aplicam às obrigações financeiras regidas pelas Leis Federais nº4.320/1964, 8.666/1993, 10.520/2002 e outras de observância obrigatória pela Câmara.

§2º Não se sujeitarão ao disposto nesta Portaria os pagamentos decorrentes de:

- I- suprimimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da Lei Federal 4.320/64;
- II- diárias;
- III- remuneração e outras verbas devidas aos agentes públicos, inclusive as de natureza indenizatórias;
- IV- obrigações tributárias e previdenciárias;
- V- sentenças e decisões judiciais ou de notificações do Tribunal de Contas do Espírito Santo;
- VI- pagamento a concessionárias de serviços públicos de água, luz, telefonia e correios;
- VII- despesas provenientes de créditos adicionais extraordinários;



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

VIII- despesas realizadas em atendimento a relevantes razões de interesse público assim como aquelas de natureza urgente devidamente justificadas.

Art. 2º O pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, execução de obras e prestação de serviços, obedecerá a estrita ordem cronológica de seus créditos, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público, na forma desta Portaria.

Art. 3º A ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras terá início na data do registro contábil da liquidação.

Art. 4º A Câmara Municipal de Castelo manterá listas de credores classificadas por fonte de recursos e por ordem cronológica do registro contábil da liquidação da despesa, estabelecida mediante a apresentação das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança e demais documentos exigidos no contrato ou outro instrumento.

CAPÍTULO II
DA LIQUIDAÇÃO, DAS DESPESAS E DOS PAGAMENTOS

Art. 5º Respeitada a ordem de classificação dos créditos, será realizada a liquidação contábil da despesa, de acordo com o art. 63 da Lei 4.320/64.

Parágrafo único: A liquidação não será efetivada, até que seja(m):

I - efetuada a entrega, por parte do fornecedor, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;

II - sanadas as pendências relativas à execução do contrato;

III - regularizada qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação

IV – adotadas outras providências julgadas necessárias ao recebimento regular do objeto.

Art. 6º A autoridade competente adotará as providências necessárias a fim de concluir a devida liquidação, com a certificação do adimplemento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual, e ao final atestará a despesa.

Art. 7º Respeitada a ordem de classificação dos créditos e após a regular liquidação, o pagamento da obrigação ocorrerá nos seguintes prazos máximos, contados do registro contábil da liquidação.



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

I – 20 (vinte) dias corridos no caso de despesas decorrente de contratos;

II – 10 (dez) dias úteis nos casos de substituição do instrumento de contrato, conforme o caput do art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993, e para pagamentos de despesas na dos arts. 24 e 25 da Lei de Licitações;

III – até a data de vencimento no caso de boletos e faturas;

§1º Havendo prazo estipulado em contrato ou instrumento equivalente deverá respeitar-se o previsto no instrumento acordado.

§2º Contar-se-ão os prazos dos incisos de I a II a partir do recebimento da nota fiscal ou da fatura, e, havendo pagamento parcelado, no mesmo prazo contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

§3º Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

§4º Os prazos previstos neste artigo poderão ser extendidos, a critério do Legislativo, nos casos em que se justificar tal medida, a exemplo do artigo 9º e do parágrafo único do artigo 5º.

Art. 8º Ressalvada o disposto nos §§1º e 2º deste artigo, é vedado o pagamento parcial de crédito, devendo o recurso disponível ser utilizado para solver integralmente a despesa que esteja na ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras.

§1º O pagamento parcial poderá ser realizado quando houver a liquidação parcial da obrigação, hipótese em que o pagamento deverá ser feito no valor efetivamente liquidado.

§2º Nos casos do §1º os créditos que excederem ao valor liquidado deverão permanecer vinculados à obrigação, podendo entretanto terem outra destinação quando, pela natureza da obrigação liquidada, não for mais possível ao credor receber o remanescente, respeitado, em todo caso, a disciplina dos restos a pagar prevista na legislação.

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO E REPOSIÇÃO NA ORDEM CRONOLÓGICA DE EXIGIBILIDADE NAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 9º É vedado o pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras, exceto quando comprovado prejuízo ao interesse público, em situação



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

extraordinária, observadas as exigências do art. 10, tais como as arroladas a seguir:

- I – para evitar a interrupção e/ou restauração dos serviços ou atividades essenciais aplicando ao Município, no que couber, as hipóteses elencadas no art. 10 da Lei Federal nº 7.783/89 (Lei de Greve);
- II – para dar cumprimento à ordem judicial ou do Tribunal de Contas do Estado que determine a suspensão de pagamentos;
- III – para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto a certeza e liquidez da obrigação a pagar;
- IV – perda da regularidade fiscal após a liquidação da despesa e antes da realização do pagamento;
- V – situação de emergência ou calamidade pública;
- VI – pagamento a microempresa e empresa de pequeno porte desde que demonstrado risco de descontinuidade do cumprimento do contrato, pagamento de direitos oriundos de contrato em caso de falência, recuperação judicial, ou dissolução da empresa contratada.
- VII – nas hipóteses do inciso VIII do §2º do artigo 1º.

Parágrafo Único. Ocorrendo as situações previstas nos incisos II, III e IV deste artigo, o credor será reposicionado na lista classificatória de credores a partir da sua regularização.

Art. 10 Qualquer pagamento em desacordo com a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras deverá conter as razões de interesse público e a justificativa prévia elaborada pela autoridade competente, comunicando-se, em todo o caso, o credor preterido.

CAPÍTULO IV
DA PUBLICIDADE E DA IMPUGNAÇÃO DAS LISTAS
CLASSIFICATÓRIAS

Art. 11 As listas de credores contendo a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras serão divulgadas na internet, possibilitando amplo acesso público.

§1º No portal da transparência da Câmara serão disponibilizadas informações sobre a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras.

§2º Em caso da suspensão de algum credor da relação de credores será divulgada uma relação de credores suspensos.



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

§3º Após sanado o motivo que ensejou a suspensão o credor voltará a constar novamente na ordem cronológica de pagamentos.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os contratos vigentes na data de publicação desta Portaria deverão ser adequados à nova sistemática.

Parágrafo Único - Os contratos vigentes obedecerão aos prazos e demais condições para pagamento previstos nos respectivos instrumentos contratuais, aplicando-se os prazos desta Portaria se forem omissos a esse respeito.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Castelo/ES, 1º de fevereiro de 2021.


TIAGO DE SOUZA
Presidente